

Graduação Pós-Graduação

**FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO EM ESPAÇOS EDUCATIVOS
NÃO ESCOLARES:** reflexões em diferentes contextos e seus sujeitos

Leandro Basta,
UFMS/CPNV,
leandrobasta@gmail.com

Cléia Renata Teixeira de Souza,
UFMS/CPNV,
renasouza80@gmail.com

RESUMO

A Educação Social é uma prática educativa que ocorre em contextos diversos e os sujeitos que atuam nesses contextos são os educadores sociais, porém estes profissionais podem se caracterizar por diversas formações no Brasil, já que ainda não há uma formação específica para o Educador Social, sendo assim este pode ser também um espaço para o Pedagogo. Esta pesquisa tem por objetivo investigar sobre os espaços não escolares de atuação do pedagogo na cidade de Naviraí – MS e desta forma delinear o perfil e a atuação que este profissional exerce dentro das instituições que visam o desenvolvimento social dos indivíduos. A pesquisa se pautou na abordagem qualitativa, apoiada em análise documental e entrevista semiestruturada com um sujeito da área. Percebeu-se com a pesquisa que os espaços não escolares no contexto da assistência social da cidade de Naviraí são também espaços para atuação do pedagogo como educador social.

Palavras-chave: Formação. Contextos não escolares. Educação Social.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 os espaços educativos não escolares em crescimento têm exercido papel relevante diante das novas oportunidades de trabalho para o pedagogo. No Brasil tem se estruturado como instituições sociais que possuem com foco no desenvolvimento de atividades socioeconômicas, socioeducativas e socioculturais, com a intenção de criar novas expectativas para a criança, o adolescente e o adulto (PEREIRA, 2019). Frente a esta perspectiva, a pesquisa desenvolveu-se com o objetivo de investigar sobre os espaços não escolares de atuação do pedagogo na cidade de Naviraí e desta forma delinear o perfil e a atuação que este profissional exerce dentro das instituições que visam o desenvolvimento social dos indivíduos.

É perceptível as transformações no perfil dos profissionais na área da educação, especificamente nos pedagogos. O curso de Licenciatura em Pedagogia passa por alterações, englobando em seu currículo a formação e conhecimentos para atuar nos espaços que contemplem a educação em contextos não escolares, abrindo novas possibilidades de trabalho e desenvolvimento da profissão (CERONI, 2006). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (2006), art. 4º, o pedagogo atua, “em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL/CNE, 2006).

Ao considerarmos a atuação do Educador Social, é importante percebermos qual o cunho educativo e inclusivo e como se configuram as relações estabelecidas entre a teoria e a prática na inclusão daqueles que são marginalizados em uma sociedade que, desde os tempos remotos foi dividida em classes dominantes e dominadas, frente a uma educação negada quase que totalmente as classes menos favorecidas.

Diante deste cenário, a implementação de políticas públicas que promovam ao indivíduo em condições de vulnerabilidade social, encontrar um espaço na sociedade e que possibilite ter uma vida digna enquanto cidadão, se faz urgente. A Educação Social tem papel fundamental associado ao contexto da Política de Assistência Social, na implementação de ações que alcancem e promovam o indivíduo e possibilite ferramentas de inclusão social e ofereça subsídios para que contribuam no processo de consolidação de uma prática político-pedagógica que vise o fortalecimento da cidadania dos usuários das políticas públicas ofertadas aos cidadãos na conquista dos direitos sociais.

É importante destacar ainda as ações promovidas pela Educação Social, que podem potencializar os sujeitos para o reconhecimento de seu contexto, sua cultura e conscientização de seus direitos embasados no seu contexto histórico-cultural.

Os dados levantados e analisados na pesquisa visam avaliar do ponto de vista qualitativo a atuação do Educador Social e propor ações de acompanhamento por meio dos órgãos reguladores como a gerência de educação, além de propor ações formativas que potencializem a atuação do Educador Social, utilizando referenciais teórico-metodológicos atualizados e que fundamentam um Plano de Formação Continuada com temáticas dentro da Educação Social e os desafios que os profissionais atuantes enfrentam na perspectiva das mudanças sociais para o Século XXI.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Educação/Pedagogia Social e seus sujeitos

O modelo da sociedade atual perpassa por ações imediatistas diante de um arsenal de informações que possibilitam a (re)construção do conhecimento científico sistematizado, por meio de práticas e ações pedagógicas observadas a partir das relações estabelecidas em sociedade. Embora a Pedagogia seja o campo do conhecimento, como fundamento básico, ela se dimensiona a partir do ato e da prática educativa concreta em tese, realizada na sociedade desde os tempos remotos.

A Pedagogia Social como ciência, propicia a criação de ferramentas pedagógicas que potencializam a integração de indivíduos em situação limítrofe de exclusão e vulnerabilidade social, além de, possibilitar e sistematizar, ações pedagógicas que reorganizam espaços e ambientes para aprendizagem e que fundamentam a concepção prática de Educação Social. Perfazendo a discussão e o viés que perpassa a Educação Social em âmbito nacional, Souza (2016, p. 17) em linhas gerais esclarece que:

A Educação Social é uma prática educativa, pedagógica e política. No Brasil, tem se configurado com o propósito de trazer o 'social' para a Educação, o que, de certa forma, justifica essa derivação na linguagem, pois mesmo a educação, sendo uma só, não se legitima dessa maneira na prática.

Por ser desenvolvida fora dos bancos escolares, a Educação Social é classificada por muitos estudiosos na área como situada no âmbito da educação não formal, em função de suas ações serem direcionadas a outras demandas diferentes dos estudantes da escola. No entanto,

é possível encontrar a Educação Social na fala de muitos autores como um complemento da educação formal.

O educador social pode atuar em ONGs, igrejas, dentre outros espaços. A Educação Social é uma prática educativa que consiste na coordenação de programas e projetos de natureza educacional nas áreas da saúde, meio ambiente, trânsito, promoção social, lazer e recreação, qualificação profissional, socialização, desenvolvimento de habilidades e competências, política do indivíduo, prevenção de desvios sociais entre outros. Todas as atividades vinculadas a Educação Social, são com ações orientadas e intencionais para inclusão do indivíduo na sociedade (PEREIRA, 2019).

A Pedagogia Social em geral é apresentada como a ciência que orienta a Educação Social e por vezes se declara que a Pedagogia Social é a teoria e a Educação Social é a prática, porém já existem estudos no Brasil que orientam para o uso da terminologia da Educação Social como uma práxis que abrange as discussões tanto teóricas quanto prática e assim nos apoiamos aqui nesta pesquisa na proposta de que a Educação Social contempla o que aqui vamos tratar.

Neste sentido, a ação dos sujeitos que atuam na educação social precisa ser e ter uma atitude educativa, pedagógica e política. Para tanto há a necessidade de uma formação holística do educador social para que possa atuar com pleno desenvolvimento das ações pedagógicas que promoverão a inclusão de indivíduos excluídos frente a uma estratificação social historicamente presente na sociedade. “Com efeito, não se pode autonomizar a situação dessas populações postas à margem, a não ser ratificar o corte que se denuncia pretendendo lutar contra a exclusão” (CASTEL, 2003, p. 33).

Os sujeitos dessa educação são todos aqueles que já perderam ou estão em vias de perder sua identidade social e que se sentem incapazes de lutar sozinhos contra as condições materiais apresentadas, chamados de vulneráveis ou desfiliações socialmente (PEREIRA, 2019). O que significa dizer, segundo Castel (2003), que eles estão em uma zona de intermediação entre a inclusão e a exclusão ou que já estão totalmente excluídos.

2.2 Educação nos espaços educativos não escolares

A ampliação dos espaços de atuação do pedagogo tem se dado em estreita associação às demandas econômicas e políticas que tem marcado a sociedade e a ampliação desses espaços tem mostrado que a demanda por este profissional tem ultrapassado a esfera escolar,

tendo, dessa forma se estendido para novos e diferentes espaços, como os meios de comunicação, atividades de consultoria seja na formulação de campanhas informativas ou materiais de conteúdo educativo (FONSECA, 2006). Outro importante campo que vem sendo ocupado por esse profissional diz respeito a sua atuação em atividades relativas à assessoria educativa em atividades desenvolvidas por movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições públicas e em empresas.

Nesse sentido, é possível identificar a existência de novos elementos definindo a formação e a atuação do pedagogo, resultando em novo perfil profissional. Aguiar et al. (2006, p. 829), analisam que essa perspectiva foi elencada nos artigos 4º e 5º da Resolução CNE/CP n. 01/2006, os quais apontam a finalidade do curso de pedagogia, bem como as aptidões requeridas do profissional em formação nesse curso. O artigo 4º, assim expressa:

Art. 4º - O curso de Licenciatura em pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2006, p. 2).

Destaca-se que, além de traçar um determinado perfil para a formação do pedagogo de forma que o curso de pedagogia busque assegurar as bases para a articulação entre a docência, a gestão educacional e a produção de conhecimento na área da educação, também a atuação deste profissional em projetos e experiências não escolares.

Ao lado da ampliação dos espaços de atuação do pedagogo, uma redução teórico-conceitual da pedagogia, que, limitada a uma dimensão técnica e instrumental, se coloca a atender os interesses do mercado e dos processos educativos (FONSECA, 2006). Para a análise proposta, esta afirmação é tomada como pressuposto, uma vez que esse fato pode ser constatado quando colocados em evidência elementos referentes às diretrizes que se constituem como base para a formação desse profissional. Esta preocupação deve nortear os cursos de pedagogia a fim de evitar o reducionismo da formação, visando à construção do conhecimento necessário a atuação desse profissional nos diferentes espaços – seja naquele tradicionalmente concebido, seja em espaços em que o pedagogo – por meio de um trabalho

sério e comprometido foi conquistando, como é o caso de empresas, seja nos diversos espaços educativos não escolares que se abrem à pedagogia no momento atual.

Uma linha tênue divide as diversas práticas educativas, e advertem que isto pode resultar em profissões de difícil definição do seu marco teórico e campos de intervenção. O educador social é o profissional que responde as práticas socioeducativas. Paulo Freire (1987) destaca que o educador traz em sua prática pedagógica e política a não neutralidade, a decisão e a responsabilidade em desvelar o que está oculto nas relações de poder que determinam a realidade.

No Brasil, o trabalho do educador social está titulado com outros profissionais que se dedicam ao trabalho social. Independe do nível de ensino ou curso que tenha realizado não necessariamente o professor e/ou pedagogo. Estudiosos da educação social ressaltam a necessidade de qualificar este profissional. Desta forma, profissionais de diversas áreas e conhecimentos ou, até mesmo, sem nenhuma formação, que trabalhe com o social é considerado educador social, no Brasil, porém, para ser considerado educador social, entendemos que haveria a necessidade de uma formação específica de ensino superior, mas no Brasil ainda não existe tal graduação, contudo está em tramitação à discussão da regulamentação da profissão do educador social para se garantir que esta ocupação seja uma profissão e paralelo a isso há a intenção e algumas iniciativas de se criar o curso de Educação Social nas universidades pelo Brasil.

São diversos os teóricos que investigam a atuação do Educador Social nas áreas sociais, frente a isso se destaca o pedagogo que é um profissional imerso na realidade social, percebe a realidade com a sensibilidade educativa e, premido por ela, responde às demandas emergentes. Essa aproximação acentua a intervenção preventiva e de recuperação nos casos em que venha a faltar uma adequada socialização (CALIMAN, 2009).

A resolução de nº 17 de 20 de junho de 2011, do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), reconhece a necessidade de outros profissionais de prestação dos serviços socioassistenciais, entre eles o pedagogo. A área da assistência social exige uma multiplicidade de profissionais de diferentes áreas, em que o pedagogo pode contribuir para o trabalho socioeducativo (PINTO, 2013).

A princípio o pedagogo que atua nas áreas sociais, precisa delimitar seu espaço, e saber que ele será o profissional que prestará serviços sociais, deve compreender as políticas públicas que dão respaldo a mesma e entender que ele é um educador social. Deve resgatar a identidade, autoestima e a busca pela autonomia das pessoas. Contudo é importante enfatizar

que ser educador social é ser sensível suficientemente para atrelar os saberes educacionais aos saberes das ações desenvolvidas na política de assistência social e precisa de formação específica para isso, formação essa que, em geral, os cursos de pedagogia no Brasil não dão, até porque não é o foco da formação em pedagogia, que está direcionada ao atendimento da educação no contexto escolar e pouco se fala, no curso, das possibilidades de atuação em outros contextos não escolares.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), no Artigo 1º, ocorre o seguinte esclarecimento: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, n.p.).

Embora o termo “Educação Social” não esteja inserido na LDB, o mesmo pode ser compreendido como um processo formativo que acontece em diferentes espaços sociais. Para Libâneo (2008) “o caráter pedagógico está na determinação do rumo do processo educativo global, conjugando fatores internos e externos ao processo de ensino aprendizagem”. Considerando a diversidade do campo de atuação que agrega o profissional com formação em Pedagogia, Libâneo comenta que é necessário analisar as dificuldades e os desafios que cada área demanda. Os exercícios profissionais desta categoria não podem ser iguais, mesmo que todos estejam comprometidos com o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Dessa forma, pode-se concluir que, o trabalho do educador nas áreas sociais, está implícito na LDB como fazendo parte da educação, que está imbuído de intenções que possam promover e fomentar o ensino fora das instituições escolares regulares.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa apresentou caráter qualitativo-descritivo e trata sobre a formação e atuação do Educador Social nos espaços educativos não escolares. “A pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos” (GÜNTHER, 2006, p. 204). Desta forma, os sujeitos de estudo foram os profissionais da educação, da psicologia e assistentes sociais; estes três que trabalham em parceria por meio de atividades educativas, acompanhamento da convivência e projetos sociais na rede de assistência social na cidade de Naviraí/MS.

Além disto, “é concebível observar comportamento no seu contexto natural, que

utilizem o sujeito como seu próprio controle bem como realizar entrevistas, aplicar questionários ou administrar testes” (GÜNTHER, 2006, p. 205). Sendo assim, pesquisa de natureza descritiva envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2008).

O contexto investigado foi o de espaços de desenvolvimento de ações da Educação Social na cidade de Naviraí/MS. A ação da Educação Social se dá em diversos cenários, como na rua, nas praças, em asilos, ONGs, instituições de atendimento a crianças e adolescentes, entre outros. Nesta pesquisa nos limitamos a identificar na rede de assistência social da cidade as instituições de atendimento as crianças e adolescentes que estão vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Na primeira etapa da pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico de autores relacionados ao tema, buscou-se destacar sobre a trajetória histórica da formação e atuação do educador social, com obras específicas da Educação Social. Para efeito “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

Em um segundo momento realizou se um levantamento documental por meio dos dados coletados durante entrevista com o responsável legal da Gerência de Assistência Social de Naviraí-MS, sendo eles: a) Caderno de Orientações Técnicas sobre os gastos no pagamento dos profissionais das equipes de referência do SUAS¹ ; b) Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; c) Orientações Técnicas sobre o PAIF²; d) Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e) Manual de Gestão Municipal do Programa Crianças Feliz. Essas fontes documentais foram capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas (GIL, 2008).

Nesse sentido, torna-se importante o levantamento de documentos e registros presentes na rede de Assistência Social de Naviraí/MS que norteiam a regulamentação deste profissional em seu campo de atuação, os planos de ação que foram e são desenvolvidos, as atividades educativas, o acompanhamento da convivência, projetos sociais, etc. Assim, a

¹ Sistema Único de Assistência Social.

² Proteção e Atendimento Integral à Família.

pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados (GIL, 2008).

Na terceira etapa foi feito o reconhecimento dos espaços não escolares investigados na pesquisa, levantamento do número de ações desenvolvidas no município de Naviraí, identificação dos sujeitos a serem entrevistados, nesse caso os Educadores Sociais que atuam na rede de assistência social na cidade de Naviraí/MS. Utilizamos a entrevista semiestruturada, pois se trata de uma estratégia flexível, na qual aproxima o pesquisador do sujeito entrevistado, de forma que este se sinta à vontade para responder as perguntas, esta técnica nos permite analisar as respostas e a percepção da subjetividade de cada entrevistado, contribuindo para uma análise mais apurada do objeto de estudo (GIL, 2008).

Em seguida realizou se a proposta de um plano de formação continuada a partir das lacunas (dados da entrevista) observadas na pesquisa e as temáticas que necessitarão de maior aprofundamento nos estudos e práticas dos Educadores Sociais que atuam no Município de Naviraí/MS. O plano de formação é uma proposta de reflexão sobre as prioridades no atendimento as demandas da sociedade no que tange a atuação do educador social, na medida em que, como usuários de um serviço ofertado pelas políticas públicas, possuem direitos a receber educação de qualidade, porém, não mais baseada em acúmulo e reprodução de informações e de uma estratificação social, uma vez que essa prática não tem se mostrado capaz de superar nossos maiores desafios (DEMO, 2007). Por fim realizou se a análise dos dados que após serem organizados foram categorizados e discutidos.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O lócus desta pesquisa foram os educadores que atuam nas instituições que estão sob responsabilidade da Gerência de Assistência Social (GEAS) de Naviraí-MS. Quando em contato com o sujeito que se propôs a participar de nossa entrevista, fizemos agendamento para realizá-la de forma presencial, seguindo todas as medidas de segurança necessárias.

Coletamos, além da entrevista gravada, alguns dados escritos fornecidos pelo participante da pesquisa. Assim, destacamos que em virtude das demandas sociais acumuladas pela Gerência em questão, justificadas pela pandemia em curso, nosso sujeito se limitou em prestar informações que se mostraram pouco profícuas para análise que pretendíamos. Isso porque, quando questionado sobre as atividades desenvolvidas pelos educadores, sua resposta se deu de forma geral e sugerindo a consulta de alguns cadernos de orientações para cada uma

das instituições.

Desse modo, os cadernos indicados foram: a) Caderno de Orientações Técnicas sobre os gastos no pagamento dos profissionais das equipes de referência do SUAS ; b) Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; c) Orientações Técnicas sobre o PAIF; d) Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e) Manual de Gestão Municipal do Programa Crianças Feliz. Contudo, o documento mais relevante foi o item a.

No que refere ao documento do item a, citado pelo sujeito da pesquisa, foi possível apreender alguns conceitos que se aproximam do Educador Social, mas não fazem referência única a ele.

Compreende-se que o trabalhador é quem está junto aos usuários e é o responsável pela construção de processos interventivos que promovam o protagonismo dos usuários e o fortalecimento de práticas democráticas, participativas, inclusivas e da cultura de direitos. Portanto, os trabalhadores, responsáveis pela execução da política, devem ser valorizados, possuir formação teórica, técnica e ético-política e condições institucionais para realização do seu trabalho (BRASIL, 2016, p. 14).

Sendo assim, esse trabalhador social, tem que ser uma referência para os usuários, segundo o Caderno de Orientações, isso significa estabelecer um vínculo que perdure e permita a construção de confiança. É ainda importante ressaltar que o documento afirma a necessidade de formação deste profissional o que demonstra como é fundamental que o educador seja capacitado para atuar com este serviço que se demonstra ser tão complexo. Além disso, o documento cita a Resolução CNAS nº 17/2011:

[...] ratifica **os profissionais de ensino superior completo que compõem as equipes de referência estabelecidas pela NOB-RH/SUAS³** e reconhece outras categorias profissionais que podem integrar as equipes de referência **para atender as especificidades e particularidades dos serviços tipificados**, no provimento dessas ofertas, são elas:

- Antropólogo
- Economista Doméstico
- **Pedagogo**
- Sociólogo
- Terapeuta Ocupacional
- Musicoterapeuta (BRASIL, 2016, p. 20) (Grifo nosso).

Os enunciados dados no documento em questão, sinaliza sobre um conceito de trabalhador social e trabalho social. Entretanto, precisamos compreender que, apesar dessa ideia se assemelhar com as concepções de educação social e o educador social, são de campos

³ A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.

distintos do conhecimento, pois assume um caráter mais assistencial.

Além disso, o documento indica quais são os profissionais que podem compor o corpo profissional das instituições, baseado nas especificidades de cada trabalho que será desenvolvido. Depreendemos, portanto, que a presença do pedagogo nesses espaços ajuda a configurá-lo como um outro campo de atuação. E reiteramos que o educador social se faz necessário nesta equipe multidisciplinar e que na atual conjuntura estes profissionais podem assumir um perfil educador, já que no Brasil a profissão do educador social, apesar de existir, ainda não está regulamentada.

Embora nossa entrevista com o participante se mostrou pouco profícua, pois apresentou escassas contribuições a respeito da atuação do pedagogo como educador social no SUAS/GEAS de Naviraí-MS, buscamos trabalhar com qualidade com os dados obtidos e ampliar nossa discussão para relacioná-la com nosso aporte teórico. Desse modo, apresentamos na sequência os resultados das nossas entrevistas e análises.

Quando indagado sobre **os profissionais que atuam no SUAS/GEAS de Naviraí-MS** nosso entrevistado nos apresentou a seguinte afirmativa

As equipes que atuam no SUAS em Naviraí são compostas por: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogado, profissionais de nível médio. Além destes temos: motoristas, auxiliar de serviços diversos/geral e auxiliar administrativo (PARTICIPANTE).

Observamos a partir dessa fala que fica evidente a atuação de diversos profissionais que atuam na equipe do SUAS/GEAS de Naviraí-MS, dentre eles, o sujeito de nosso interesse nessa pesquisa, o pedagogo, que nesse âmbito, provavelmente, atua e desenvolve ações educativas como educador social. É possível também perceber que a equipe é composta por profissionais de diversos campos de atuação, desde a área da saúde, assistencial, educacional e demais serviços administrativos.

Ao questionarmos sobre **os espaços em que os pedagogos atuam** dentro do SUAS/GEAS de Naviraí – MS o participante da pesquisa mencionou os seguintes espaços

Estes profissionais atuam nos: CRAS – Centro de Referência da Assistência Social (temos 2 em nossa cidade), CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Serviço de Convivência do Idoso, Serviço de Convivência da Criança e do Adolescente, Programa Criança Feliz, CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Cadastro Único e Gestão (PARTICIPANTE).

Notamos a partir dessa fala que o entrevistado menciona, de maneira geral, os espaços em que o pedagogo está inserido dentro do SUAS/GEAS de Naviraí – MS, sem

especificá-los. Pensando nisso, após o término da entrevista vimos a necessidade de compreender melhor a distribuição desse quadro de profissionais e em quais equipes os pedagogos estão presentes, sendo assim, solicitamos ao participante que pudesse nos dar informações a respeito dessa organização, apresentamos a devolutiva após a próxima questão.

Perguntamos ao participante sobre **o perfil de formação dos educadores** e na resposta que recebemos destacamos sua afirmação

Possuir capacidade para trabalho em equipe, proatividade, saber trabalhar com grupos, propositivo, criativo, entre outras habilidades. Nos materiais contém as habilidades necessárias para cada serviço (PARTICIPANTE).

As proposições para o perfil do educador social dadas pelo entrevistado, trazem alguns aspectos relacionados ao campo de estudos do curso de Pedagogia, principalmente, aos estudos voltados para as questões de gestão de espaços escolares e não escolares, o trabalho da equipe educativa e etc. (BRASIL, 2006). Contudo salientamos que no Brasil o educador social pode ter qualquer formação acadêmica e inclusive ter apenas o ensino médio completo.

Quanto a devolutiva solicitada anteriormente nos foi dada por meio escrito, com uma lista que continha as instituições, os programas e os profissionais que compõem cada uma delas, e que, respectivamente, estão sob a superintendência do GEAS de Naviraí-MS. Tendo em vista essa lista, a organizamos em forma de quadro para melhor compreensão e análises, vejamos a seguir.

Quadro 1: Instituições, Programa e corpo profissional sob a superintendência da GEAS/Naviraí

| Órgão Supervisor Geral | Unidade | Corpo Profissional | Nº de Profissionais |
|------------------------|--|---|---------------------|
| GEAS | Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS I) (Centro da Cidade) | Coordenador (cursando Assistência Social) | 01 |
| | | Assistente Social | 02 |
| | | Pedagogo | 01 |
| | | Psicólogo | 01 |
| | Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS II) (Bairros: Jardim Paraíso, Vila Nova e Vila Alta) | Coordenador (Psicólogo). | 01 |
| | | Assistente Social | 01 |
| | | Pedagogo | 01 |
| | | Psicólogo | 01 |
| | Centro de Referência de Atendimento à Mulher – (CRAM) | Assistente Social | 01 |
| | | Psicólogo | 01 |
| | Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Equipe de Alta Complexidade | Assistente Social | 01 |
| | | Psicólogo | 01 |

| | | | |
|--|--|-------------------------|----|
| | Centro de Referência Especializado de Assistência Social – (CREAS) | Coordenador (Psicólogo) | 01 |
| | | Assistente Social | 01 |
| | | Pedagogo | 01 |
| | | Psicólogo | 01 |
| | Programa Criança Feliz | Pedagogo | 01 |
| | | Visitadores | 05 |
| | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente (SCFV) | Pedagogo | 01 |
| | | Estagiário (Pedagogia) | 02 |
| | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Idoso (SCFV) | Pedagogo | 01 |
| | | Estagiário (Pedagogia) | 01 |
| Total de Psicólogos | | | 07 |
| Total de Assistentes Sociais (formados) | | | 06 |
| Total de Pedagogos (formados) | | | 06 |
| Total de Pedagogos (estagiários) | | | 03 |
| Total de Assistentes Sociais (em formação) | | | 01 |
| Total de Visitadores | | | 05 |

Fonte: elaboração dos autores, com base nas informações dadas pelo participante da pesquisa, 2020.

Importante para compreendermos as dimensões da atuação do pedagogo, conhecer o objetivo de trabalho que é desenvolvido em cada unidade mencionada pelo participante, para isso buscamos essas informações nos sítios eletrônicos do Ministério da Cidadania e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (SEDS) do Governo Federal. Considerando essas informações buscamos relacioná-las com as do quadro em questão.

Assim, compreende-se que o CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. A partir deles são ofertados serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade (SEDS, 2020). Para tanto, é possível identificar que o CRAS I, atende a região central da cidade de Naviraí - MS e seus bairros, com exceção do Jardim Paraíso (I, II e III), Vilta Alta e Vila Nova (outros bairros de Naviraí-MS). Sendo que estes últimos são atendidos pelo CRAS II.

Enquanto o corpo profissional do CRAS I possui uma equipe constituída por um coordenador – que cursava Serviço Social até o período de coleta de dados – dois assistentes sociais, um pedagogo e um psicólogo, o corpo profissional do CRAS II é composto por um coordenador – formado em psicologia – um assistente social, um psicólogo e um pedagogo.

Sabendo que os usuários atendidos pela última instituição, em grande parte, compõem a população mais vulnerável da cidade de Naviraí-MS, nos indagamos sobre seu corpo profissional ter um número pouco expressivo, tendo em vista, que as realidades socioeconômicas da população mais próxima da região central aparentam ser mais elevadas

em alguns sentidos.

Embora façamos esses questionamentos, não queremos dizer que uma região merece mais atenção em detrimento de outra. Afinal, a realidade analisada a partir do corpo profissional já evidencia a própria contradição estabelecida para cada bairro ou região da cidade.

Com relação ao CRAM o Educador Social se dirige para acolhimento de mulheres em situação de violência, onde recebem atendimento especial para a superação da situação. No caso do programa de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ele garante serviços de proteção integral para sujeitos e famílias que se encontram sem referência, ou em situação de ameaça, retirada de seu núcleo familiar e/ou comunitário até que seja possível seu retorno a esses núcleos (SEDS, 2020).

As instituições como o CRAM e a Equipe de Alta Complexidade, ao que tudo indica as informações oferecidas pelo participante, não possuem em seu meio profissionais pedagogos, apenas assistentes sociais e psicólogos. O que nos leva a problematizar se, considerando os aspectos dos trabalhos desenvolvidos por ambas as instituições, não deveria haver na equipe a presença do pedagogo, para poder intervir pedagogicamente com as crianças em que sua genitora e/ou familiar é violentado e/ou esteja em situação de ameaça aos seus direitos.

O CREAS é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados (SEDS, 2020). No caso de Naviraí, o participante informou que o corpo de profissionais que atuam nesse espaço é constituído por um coordenador – formado em psicologia – um assistente social, um psicólogo e um pedagogo. Se observarmos o trabalho desenvolvido por essa unidade, podemos inferir que se assemelha, em alguns aspectos, àquelas que destacamos no item anterior, todavia, acrescentasse um profissional, o pedagogo. Sendo assim, compreendemos que ele assume um papel pedagógico no trato com as famílias e seus descendentes nessa instituição.

No caso do Programa Criança Feliz foi criado para reforçar a implementação do Marco Legal e promover, assim, o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, sendo que seu corpo profissional deve ser formado por um profissional de nível médio ou superior que realizará as visitas – 25 famílias por profissional – e um técnico de referência de nível superior – para cada 4 a 8 visitantes (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2016). Destaca-se que as visitas domiciliares

[...] compreendem ação planejada e sistemática, com metodologia específica, conforme orientações técnicas, para atenção e apoio à família, o fortalecimento de vínculos e o estímulo ao desenvolvimento infantil, priorizando o público prioritário do Programa (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2016, p. 13).

As informações dadas pelo participante, apontam que o corpo de profissionais é formado por um pedagogo e cinco visitantes. Nesse sentido, inferimos que são visitadas mensalmente em Naviraí, 125 famílias que dentre seus membros sejam gestantes e crianças de 0 a 72 meses de vida, públicos de outras políticas assistenciais. Além, disso como o objetivo do programa é o atendimento a primeira infância, a presença do pedagogo torna-se necessária para poder orientar os visitantes no trato com cada uma das diferentes faixas etárias das crianças.

O SCFV, possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais (SEDS, 2020). Os SCFVs dos Idosos e das Crianças e Adolescentes de Naviraí-MS possuem um pedagogo cada e três estagiários – dois no primeiro e um no segundo – advindos de cursos de Pedagogia.

Se observarmos a equipe de profissionais descritos no Quadro 1, evidenciaremos a presença do pedagogo em quase todas as unidades mencionadas, isso sinaliza a configuração de um campo de atuação profissional, o que nos leva a indagar a respeito da formação dos pedagogos na atualidade.

Sobretudo, os campos de formação/atuação do pedagogo estão definidos em algumas premissas das Diretrizes Nacionais Curriculares do Curso de Pedagogia. Contudo, se voltarmos um olhar crítico para essas Diretrizes, vamos perceber alguns desencontros, principalmente quando define que a base identitária do curso de Pedagogia é a docência (BRASIL, 2006).

Ao relacionarmos isso com os estudos teóricos que desenvolvemos em itens anteriores, com as considerações sobre o documento do item a, e ainda os dados da entrevista percebemos que a natureza da atuação do educador social é diferente da de ser professor, pois ele tem que desenvolver habilidades e conhecimentos relativos à educação social e/ou educação não escolar que, como já destacamos, ocorrem em espaços diferentes do escolar.

Podemos fazer essa afirmação nos apoiando nas análises de Libâneo (2006), quando afirma, que toda atividade docente, é pedagógica, mas nem toda atividade pedagógica é

docente, ou seja, a identidade do pedagogo ou da pedagogia não se restringe ao trabalho docente, mas a outras atividades pedagógicas que se configuram como não docentes.

Portanto, inferimos que a formação do pedagogo para atuar em espaços escolares e não escolares tem que ter sua identidade mais flexível e ou redefinida, levando em consideração que formar o pedagogo, não significaria, somente, formar o pedagogo docente, mas o pedagogo de fato, aquele apto para atuar em espaços escolares e não escolares.

E ainda nos chama a atenção para o reconhecimento deste profissional no contexto da educação social, o pedagogo ao atuar no campo da educação social precisa reconhecer-se educador e isso serve para todos os profissionais que atuam no cenário educativo da educação social e para que isso aconteça é necessário formação. Neste sentido é que propomos uma formação em educação social tanto para o pedagogo que atua ou venha a atuar no campo da educação social como qualquer outro profissional, pois identificamos com esta pesquisa que o reconhecer-se educador social é fundamental.

4.1. Proposta de formação

A proposta, não se trata apenas de mudar a visão sobre os educandos, mas, acima de tudo, proporcionar mudanças nas perspectivas do educador social e de toda a comunidade em espaços alternativos em nome da construção de uma nova realidade no município de Naviraí – MS.

Natali (2016) apontou subsídios para a formação do educador social a partir das pesquisas com educadores sociais de todo o Brasil e inspirados nesta pesquisa a ideia para este trabalho seria o de proporcionar uma formação por meio de um curso de extensão em parceria entre a Universidade e Rede Municipal de Assistência Social. Essa ideia surgiu após a conversa com o sujeito da pesquisa e o estudo dos documentos aqui apresentados e ainda por identificarmos que na formação do pedagogo que atua no contexto da educação social pouco se trata sobre este espaço de atuação, pois a formação inicial em pedagogia está fundamentalmente voltada para a educação escolar.

Sendo assim entendemos que quem atua com a Educação Social, seja o Pedagogo ou qualquer outro profissional precisa de formação. Natali (2016, p.103) afirmou:

O processo formativo, na Educação Social, deve ser fruto de um movimento contínuo. É essencial estudar, estabelecer o exercício da reflexão sobre o que acontece na prática, no cotidiano da Educação Social, como em qualquer outra área da educação. Este é também um cuidado, uma necessidade do/com o educador que trabalha com a violação de direitos, que concretiza a sua ação educativa junto de

quem está nessa condição, o que é uma característica inerente à Educação Social no país. O processo formativo é indispensável.

O Educador Social no Brasil tem hoje distintas formações e percebemos que o pedagogo ao atuar em contextos não escolares tem desempenhado este papel, o de educador social, porém muitas vezes não se reconhece como tal, até por não conhecer o campo da Educação Social. Portanto pontuamos aqui alguns aspectos importantes a serem trabalhados na ideia de formação.

Coadunamos com Natali (2016) ao propor que é necessário se conhecer e refletir sobre os conceitos da Educação Social e ainda sobre as metodologias de atuação nesta prática educativa. Pontuamos eixos de estudos para a formação que se propõe:

Quadro 2: Proposta de Conteúdos para a formação do Educador Social

| Eixos | Saberes Específicos da Educação Social | Formação Política | Conhecimento da realidade | Participação legítima | Metodologias diversas |
|--------|--|--|--|--|---|
| Perfil | O educador precisa conhecer o contexto que atuará, saber desenvolver o diálogo para com a comunidade e pessoas com quem vai atuar; conhecer a rede de atendimento e de proteção ao público que atua; saber identificar o público que sofre violação de direitos e saber fazer uma abordagem a este público; Consciência política, social e cultural. | Compreensão da realidade em que se vive, postura combativa diante das injustiças sociais e uma cultura política. | Estudar e refletir profundamente sobre a sociedade, sobre o público alvo da educação social. | Fazer parte ou participar da comunidade em que se desenvolve a ação educativa. | Conhecer e desenvolver por meio de experiências as diferenças de atuação e ações educativas potentes. |

Fonte: inspirado da tese de Natali (2016).

A partir do que pontuamos como importante para a formação de quem poderá atuar na educação social, entendemos que é fundamental que o educador social tenha como foco potencializar os sujeitos com quem atua ou atuará e para isso precisa “saber ser, conhecer, ter posturas e posicionamentos e a convicção em um mundo mais justo” (NATALI, 2016, p. 169).

Para a efetivação da proposta o plano de formação continuada além da valorização profissional em continuidade na ampliação do seu conhecimento, visa desenvolver uma proposta de ações formativas que podem ser realizadas pela Gerência de Educação ou até

mesmo pelos acadêmicos do curso de Pedagogia que ofertem aos profissionais que atuam na área da Educação Social e estejam envolvidos, a garantia de acesso a conhecimentos específicos sobre os dados do município de Naviraí – MS, diante dos dados que serão coletados.

5 CONCLUSÕES

Os resultados dessa pesquisa evidenciam que compromissos devem ser assumidos com a formação do profissional pedagogo, permitindo aos envolvidos na pesquisa e na formação destes profissionais a visão dos diversos aspectos que englobam o perfil que este profissional assume na atualidade. Diante disso demonstra-se a importância de que é fundamental formar este profissional para a atuação em diferentes contextos sociais, possibilitando visão ético-profissional relacionada à responsabilidade social e política na construção de uma sociedade solidária e justa.

Outro aspecto interessante é o perfil e as competências deste profissional para atuação nos espaços educativos não escolares, como: conhecimento e experiências relativos à gestão participativa e educação comunitária; compreensão do processo histórico-social, administrativo e operacional em que está inserido; competência técnica para planejar, organizar, liderar e avaliar programas e projetos sociais e; habilidade para enfrentar desafios, administrar conflitos, buscar parcerias e captar recursos.

Esta pesquisa proporcionou uma reflexão sobre a formação inicial e continuada do pedagogo, frente às demandas da profissão nas situações/contextos não escolares, uma vez que as novas propostas das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia (2006) ressaltam a atuação do pedagogo na educação não formal.

Cabe destacar que existem poucas produções em relação à formação e o trabalho dos profissionais que atuam nos espaços onde ocorrem a educação social até mesmo pelas discussões em torno do reconhecimento da profissão de educadores sociais, e ainda que, existem muitos trabalhos nesses espaços em torno às práticas que neles acontecem por meio de programas e projetos sociais, poucas reconhecem a formação e a especificidade do trabalho do profissional pedagogo frente às demandas postas pela Educação social.

Desse modo, a pesquisa abre possibilidades para a produção de novas pesquisas na área a partir dos relatos, das suas percepções sobre a formação, atuação profissional e ações desenvolvidas nos espaços educativos não escolares.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. et al. Diretrizes curriculares do Curso de Pedagogia no Brasil: Disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação e Sociedade – Especial**, Campinas, SP, v. 27, n. 96, p. 819-842, out. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300010>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica**: Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Resolução Nº 17, De 20 De Junho De 2011**. Conselho Nacional De Assistência Social– CNAS. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 5.346/2009**. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Apresentado pelo deputado federal Chico Lopes em 3 de junho de 2009. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n.º 328/2015**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Apresentado pelo senador Temário Mota em 1 de junho de 2015. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas sobre os gastos no pagamento dos profissionais das equipes de referência do SUAS**. 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_orientacoes_tecnicas_gastosnopagamento.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 2006.

CALIMAN, G. A Pedagogia Social na Itália. In: SILVA, Roberto da; NETO, João Clemente de Souza; MOURA, Rogério Adolfo de. (Orgs.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CERONI, M. R. O perfil do pedagogo para atuação em espaços não escolares. In. **1. Congr. Intern. Pedagogia social**, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br>. Acesso em: 06 set. 2020.

DEMO, P. É preciso estudar. In A. M. de Britto. **Memórias de formação: registros e percursos em diferentes contextos**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2007.

FONSECA, F. N. **Acerca da ampliação dos espaços de atuação profissional do pedagogo: inquietações, ponderações e cautelas**. Disponível em: <http://www.wikilearning.com/articulo/>. Acesso em: 10 set. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo. Cortez, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Diretrizes curriculares da pedagogia**: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 96, p. 843-876, out. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Perguntas e respostas sobre o Programa primeira infância no SUAS**. 2016. Disponível em:

https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/crianca_feliz_2016/documentos/PERGUNTAS_E_RESPOSTAS SOBRE O PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS V2811.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

MULLER, V. R.; BAULI, R. A. Normatização da profissão do(a) Educador(a) Social: mitos e metas. **Ensino & Pesquisa**, [S.l.], jul. 2017. ISSN 2359-4381. Disponível em:

<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/1768>. Acesso em: 04 nov. 2020.

NATALI, P. M. Formação Profissional na Educação Social; subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino-americanos. **Tese de Doutorado** em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade estadual de Maringá – UEM: 2016.

PEREIRA, A. O educador social e suas competências de atuação profissional: um trabalhador da Educação pela LDBEN n.º 9.394/96?. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 23, p. 311-332, apr. 2019. ISSN 2175-6600. Disponível em:

<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5466>. Acesso em: 27 out. 2019.

PINTO, E. C. B. Pedagogia na Assistência Social?: Um relato de experiência sob a perspectiva da educação popular. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, 11, 2013, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Champagnat, 2013. Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9963_5403.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

SEDS. **Secretaria Especial de Desenvolvimento Social**: Serviços e Programas. 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1>. Acesso em: 15 out. 2020.

SOUZA, C. R. T. Educação Social e avaliação: indicadores para contextos educativos diversos. 2016. 220 f. **Tese (Doutorado)** – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em:

<http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Cleia%20Renata.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.